2014.Abril 22

CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA
c/ 1 abrt. 80 P.
13 ; 05 2014 T.D.T. por não ter entrado previsto
O Presidente

--- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 22 DE ABRIL DE 2014 ----------

--- LOCAL DA REUNIÃO – Salão Nobre dos Paços do Concelho. ----------

--- A reunião teve início às quinze horas e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente Luís Manuel Abreu de Sousa e os Srs. Vereadores Silvino José da Silva Lúcio e António Amaral; pela CPFNT as Sras. Vereadoras Maria João Canilho e Susana Lucas; pelo Grupo da CDU, o Sr. Vereador David Mendes; e o Sr. Vereador Herculano Valada Martins.---

---Faltou o Senhor Vereador António Jorge Lopes, que por motivos profissionais não pôde estar presente na Reunião e foi substituído pela Senhora Vereadora Susana Lucas. ----------

--- Secretariou a reunião a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Irene Lameiro. ----------

--- O Sr. Presidente deu início à Reunião, cumprimentou e deu as boas vindas à Sra. Vereadora Susana Lucas após o que, nos termos regimentais, perguntou se alguém do público queria intervir. ----------

--- Interveio o Sr. Ricardo Dias que perguntou para quando a criação do Conselho Municipal de Juventude, dado que de acordo com a LEI 6/2012 de 10 de Fevereiro este era obrigatório para todos os Municípios; quais as medidas que estavam a ser desenvolvidas para atrair investimento ao Concelho a nível nacional e internacional; relativamente ao estacionamento pago na Vila como seria resolvida a fiscalização dos parquímetros e para finalizar o que é que a Câmara estaria a pensar fazer com o equipamento que adquirira para os Sapadores Florestais. Respondeu o Senhor Presidente que o assunto do Conselho Municipal da Juventude estava com o Vereador Amaral, enquanto Vereador da Juventude - ainda não se tinha iniciado o processo mas que em breve se iniciaria; quanto à captação de Investimento estava a trabalhar nesse sentido; quanto aos sapadores florestais estava a tentar solucionar o assunto, o gabinete jurídico tinha uma reunião agendada na próxima semana, ele próprio tivera diversas reuniões no sentido de ver se seria possível manter os sapadores já que o trabalho por eles desenvolvido a nível de prevenção era por demais importante, já tinha tido reuniões com câmaras com idêntico problema concretamente Alcanena e Cadaval, ainda não estava nada decidido mas que tudo fariam, dentro da legalidade, para que os sapadores pudessem continuar a sua atividade; quanto aos parquímetros disse que não tinha ainda nada de definitivo, que referira numa reunião anterior que iria ver este assunto, até porque o estacionamento dentro da Vila era caótico, mas em concreto não havia nada ainda que pudesse adiantar. ----------

--- Continuando a sua intervenção o Sr. Ricardo Dias perguntou que procedimentos tinham sido desenvolvidos para o alargamento do Cemitério de Aveiras de Cima, ao que o Senhor Presidente respondeu estar a ver se se conseguia arranjar terreno disponível, sendo que, no dia anterior tivera uma reunião com o Sr. Vice-presidente no sentido de ser reordenado o espaço disponível e prevendo com isso arranjar cerca de 50 lugares após o que iniciaria os contactos com o proprietário da Zona envolvente, pelo que considerou que dentro de quinze dias já poderia ter uma resposta. ----------

----------ORDEM DO DIA ----------

---PROPOSTAS----------

---1. Proposta Nº 32/P/2014 - Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras 2013----------

--- O Sr. Presidente, apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:----------

---" Considerando o previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anterior alínea e) do n.º 2 do art. 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro).----------

---Propõe-se: ----------

---1. a aprovação do Relatório de 0Gestão e Demonstrações Financeiras (Documentos de Prestação de Contas) relativos 0ao exercício de 2013; ----------
---2. O posterior envio, à Assembleia Municipal, dos documentos acima referidos, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (anterior alínea c) do n.º 2 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro)."----------
--- Na continuidade da apresentação da Proposta o Senhor Presidente referiu que em 2013 as receitas arrecadada pelo Município totalizaram 16.782 milhares de euros , 73,9 % deste valor proveniente de receitas correntes sendo o restante receitas de capital e outras receitas, disse que a receita registara um acréscimo de 21,9% relativamente a 2012 o que explicou pelo comportamento das receitas de capital pelo efeito do valor recebido no âmbito do PAEL no montante de 3.193.294.25 €. Disse que o nível da execução orçamental da Receita, sem considerar o saldo de gerência de 2012 fora de 93.9% e que no que respeitava a despesa esta totalizara um valor de 16.885.00 milhares de euros e que se registara um acréscimo de 23,6% nas mesmas tendo o nível de execução orçamental da despesa alcançado os 91,5%, salientando que tal como na receita haveria que expurgar o efeito PAEL, uma vez que parte da despesa realizada fora canalizada para pagamentos em atraso. Salientou que no tocante ao prazo médio de pagamentos em 2013 este fora de 125 dias contrariando os 291 praticados em 2012. Disse que no tocante a custos operacionais os custos com o pessoal mantinham a preponderância representando 47,7% dos mesmos e que apesar de se manter a redução generalizada de consumos, o pagamento dos subsídios de natal e férias aos funcionários agravou-os. Para finalizar, o Sr. Presidente informou que na opinião do ROC as contas do exercício refletiam a gestão estabelecida pelo executivo, após o que deu a palavra aos Vereadores que se quisessem pronunciar. ----------
--- Interveio a Sra. Vereadora Maria João Canilho, referindo que a CPFNT se absteria na votação da Proposta por considerar que a sua presença no executivo e nas contas 2013 da Câmara se resumia aos últimos três meses, pelo que considerava não poder vota-la em consciência e que o mesmo se passava com a Vereadora Susana. ----------
--- Interveio o Senhor Vereador David Mendes referindo que sem prejuízo de se abster na votação da Proposta, uma vez que a CDU sempre se abstivera no que se relacionava com a gestão, disse gostar de fazer uma análise global e analítica às mesmas e perguntou se o valor novecentos e oito mil euros da divida do estado português pelas isenções concedidas à OPEL estava espelhado na conta de gerência e até que ponto este valor influenciaria favoravelmente as contas do Municipio, ao que lhe foi respondido que já não se estava a contar com este valor para o orçamento, em termos patrimoniais ele constava, pelo que o Vereador considerou que tal não iria beneficiar e referiu continuar sem perceber porque é que continua espelhado nas contas, considerou ser isto uma questão politica que prejudicava o Municipio, considerou que o antigo Presidente, Dr. Joaquim Ramos, enquanto o Governo fora P.S, nada fizera e só quando mudara de cor política tinha encetado alguns procedimentos o que fora um erro tremendo que prejudicara o Município. Continuando o Sr. Vereador referiu que a Câmara tinha nas contas em 2012 um valor que se cifrava em de 15.629.000 € e que por força do PAEL em 2013 esse valor era de cerca 18.845.000 € , disse que o valor se alterara por força do aumento dos impostos, nomeadamente o IMI e o Imposto de Circulação que aumentaram respetivamente 577.000 € e 274.000 € em relação a 2012 o que considerou um aumento significativo , ao contrário da derrama que era quase metade. Considerou que do ponto de vista económico o concelho estava a mirrar-se e lembrou que aquando da campanha eleitoral, a CDU uma das medidas que promovia era a criação de um gabinete para catalisar o tecido empresarial do concelho e que o partido socialista também o anunciara mas que até agora nada fizera. Considerou ser muito mau que as receitas aumentassem só por via dos impostos tal como nas

decisões governamentais o que estava errado. Perguntou a que se devia o aumento no pagamento de 301.000€ à Segurança Social uma vez que comparativamente a 2012 o número de trabalhadores diminuíra, e na rúbrica aquisição de bens houvera um aumento de 454.000€ e na aquisição de serviços que se devia o valor 840.000€ sendo quase metade para higiene e limpeza o que supôs que se referir-se a resíduos sólidos urbanos, em outros serviços questionou o valor 281.000.00€ referindo que sendo uma verba significativa era preciso saber a que respeitava, Perguntou ainda porquê do aumento nos juros e outros encargos na ordem dos 584.000.00 € especialmente em outros encargos financeiros que atribuiu ao PAEL e na rúbrica Instituições sem fins lucrativos referiu o valor 200.000€ indagou porquê do valor de 314 mil euros em construções diversas especialmente numa coisa que o intrigou em parques e jardins havia um aumento de 225.000€ que o intrigara pois não notara que aumentasse o número de parques e jardins no concelho, pelo que perguntou a que é que tal se devia , nas transferências de capital referiu o aumento de 571.000€, relativamente aos empréstimos referiu que já era sabido que os valores iam subir. Fazendo uma análise geral disse que relativamente as contas considerou estarem certas e expressou o desejo de em 2014 se quebrasse a tendência atual de as receitas provenientes de imposto aumentarem e as provenientes da economia diminuírem, disse ainda ser necessário saber contrariar esta tendência. ----------

--- Em tresposta o Senhor Presidente disse que o aumento da comparticipação para a segurança social se referia ás comparticipações com o pagamento dos subsídios de natal e férias que o governo entendera dever pagar-se, e para responder ás restantes questões solicitadas pelo Vereador solicitou à Sra. Diretora do Departamento de Administração e Finanças que o fizesse ao que esta lembrou que o acréscimo das despesas com a Segurança Social se ficara a dever ao aumento dos encargos que recaíam sobre a entidade patronal, neste caso a Câmara e, por outro lado, ao facto de se terem pago os subsídios de férias/natal, inicialmente não previstos. Grande parte dos valores inerentes com aquisição de bens e serviços e até com investimentos não diziam respeito a operações do próprio ano mas, sim, de exercícios anteriores, regularizados ao abrigo do PAEL. Relativamente ao serviço da dívida, e 2012 iniciara-se já a amortização do PPTH e, até uma primeira amortização do PAEL.----------

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 33/P/2014 foi maioria com quatro votos a favor (Grupo do PS e Vereador Herculano Martins) e três abstenções (CPFNT e Vereador David Mendes do Grupo da CDU). ----------

2. **Proposta Nº33 /P/2014** - Aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício 2013----------

---- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------

--- "Considerando: ----------

--- O disposto no ponto 2.7.3. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que determina a forma de aplicação dos resultados do exercício. ----------

--- Propõe-se:----------

---1. a transferência do resultado líquido do exercício no valor de -291.453,67€ para a conta 59-Resultados Transitados;----------

---2. a redução do Património, no montante referido no ponto 1."----------

--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 33/P/2014 foi maioria com quatro votos a favor (Grupo do PS e Vereador Herculano Martins) e três abstenções (CPFNT e Vereador David Mendes do Grupo da CDU). ----------

---3. Proposta Nº34/P/2014 – Revisão Orçamental ----------

---O Senhor Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------

--- "Considerando, ----------

--- a viabilidade legalmente prevista de aplicação dos saldos relativos à Gerência através de uma Modificação ao Orçamento, revestindo esta a forma de Revisão Orçamental; ----------

--- o valor do saldo da Gerência de 2013: € 458.140,20 ----------
---Proponho:----------
--- 1. A aprovação de uma Modificação ao Orçamento, materializada na 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, ao Plano de Atividades Municipais e aos Orçamentos da Receita e da Despesa, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;----------
--- 2. Que a deliberação a aprovar esta proposta seja sujeita à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea referida no ponto anterior, conjugada com a alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. "----------
--- Interveio o Senhor Vereador David Mendes que perguntou o porquê do aumento em 54.000€ para a recolha de Resíduos Sólidos, de 29.800€ para projetos urbanísticos e 100.000€ para reordenamento urbano, ao que o Sr. Presidente disse que se devia ao pagamento de um projeto elaborado para o Pavilhão de Alcoentre e estudo Geológico do terreno. O reforço de 100.000€ referia-se à aplicação de uma garantia bancária para conclusão de obras de urbanização. ----------
--- Interveio a Senhora Vereadora Maria João Canilho que referiu que algumas das questões que pretendia colocar já tinham sido apresentadas pelo Vereador David Mendes e que apenas perguntou a que se devia o valor de 3.600€ referido na locação de edifícios, ao que lhe foi respondido que a verba era referente ao valor da renda do CEJA, espaço que se previa ter sido desocupado em Dezembro. Posto isto a Senhora Vereadora informou que a CPFNT votaria contra por achar que deveriam ser contempladas algumas das suas Propostas, o que não acontecera, ao que o Senhor presidente disse que também gostaria de ver algumas das suas propostas contempladas mas que a falta de fundos não permitia fazer tudo o que gostaria. -----
--- Uma vez posta a votação a Proposta nº 34/P/2014 foi aprovada com quatro votos a favor (Grupo do PS e Vereador Herculano), dois votos contra (CPFNT) e uma abstenção (Vereador David Mendes do Grupo da CDU). ----------
--- ENCERRAMENTO ----------
--- Eram dezasseis horas e quinze minutos quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião. ----------
--- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pelo Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro, sob cuja responsabilidade foi elaborada.----------